



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

PLANO DE NEGÓCIO ANUAL 2021

Aprovação

Conselho de Administração: 22/03/2022

1. INTRODUÇÃO: DESAFIOS PARA O PRÓXIMO ANO

A Cidasc, por ser uma empresa pública dependente das fontes de recurso do governo do estado, enfrenta permanentemente um desafio de financiamento para o custeio das atividades continuadas realizadas pelas suas áreas técnicas. Sendo que o governo se limita a injetar recursos relativos ao pagamento da folha salarial e outros desembolsos pontuais da empresa, a Cidasc precisa buscar outras fontes de recursos, tais como convênios externos, para a manutenção de suas atividades.

Nesse sentido, para 2021, os principais desafios se referem a:

1.1. Riscos para a atuação da Cidasc em 2021:

- **Manutenção das atividades durante a pandemia:** considerada como essencial, a empresa manteve suas atividades durante todo o ano de 2020, apesar das adaptações forçadas para enfrentar a nova realidade. Neste ano, a estrutura está consolidada para atender os produtores de uma forma segura para ambas as partes, mas o desafio persiste.

| Risco observado | Plano de ação* | Resultados esperados | Tarefas | Início | Duração | Responsável |
|--|--|---|--|-----------|---------------------------|-------------------|
| Manutenção das atividades durante a pandemia | Consolidação do trabalho remoto enquanto persistir a pandemia; | Manutenção das atividades sem perder a eficiência | Elaborar instruções de serviços para orientar os colaboradores sobre normas e procedimentos do trabalho remoto | 18/3/2020 | Enquanto durar a pandemia | Diretoria / DEGEP |
| | Disponibilização de EPI's para garantir a segurança dos colaboradores; | Garantir a saúde e segurança dos colaboradores | Levantamento e aquisição dos EPI's conforme necessidade | 18/3/2020 | Enquanto durar a pandemia | SEMED |

- **Dependência de recursos financeiros do Tesouro (fonte 100) :** por ser uma empresa pública dependente financeiramente do Estado, a Cidasc precisará buscar fontes de recursos para manter suas atividades. Com a saída do terminal graneleiro de São Francisco da estrutura, principal fonte própria de recursos, o desafio para a manutenção das atividades ficou ainda maior. A arrecadação através de taxas cobradas por determinados serviços formam um importante reforço para as receitas, mas insuficientes para garantir o pleno funcionamento. Convênios com o Ministério da Agricultura e o SC Rural foram as principais fontes financiadoras da empresa nos últimos anos, porém terminarão neste ano.

| Risco observado | Plano de ação* | Resultados esperados | Tarefas | Início | Duração | Responsável |
|-----------------------------------|--|--|--|--------|---------|--|
| Limitação de recursos financeiros | Definição, junto com a Secretaria da Fazenda, de uma fonte de recursos para financiamento das atividades; | Continuidade das atividades da empresa | Em andamento | | | Diretoria - Presidência |
| | Garantir recursos do SC Rural para as atividades de Defesa Sanitária | Garantir recursos para investimentos e custeio das atividades técnicas | Elaborar plano de ação e apresentar a SAR | | | Presidência - Diretoria Técnicas - Departamentos técnicos - DEPLA |
| | Formalização de um novo convênio com o Ministério da Agricultura relativo ao SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária); | Garantir recursos para investimentos e custeio das atividades técnicas | Apresentar proposta de plano de trabalho e buscar recursos junto ao MAPA | | | Presidência - Diretoria Técnicas - Departamentos técnicos - DEPLA |

- **Efetivo defasado de colaboradores:** a Cidasc carece hoje principalmente de profissionais da área finalística da empresa e de profissionais de apoio aos técnicos de campo. Essa limitação tem acarretado em sobrecarga de atividades técnicas e administrativas para todos os colaboradores, prejudicando os atendimentos sanitários, o desenvolvimento econômico do Estado, além de deixar o Estado e a população submetidos a riscos sanitários e a falta de alimentos inócuos ao consumo. Além disso, de acordo com as novas regras de aposentadoria, colaboradores que se aposentarem terão seu contrato de trabalho encerrado, diminuindo ainda mais o efetivo da empresa. Não obstante, existe aumento da demanda de trabalho em alguns setores, proporcionada pela necessidade do cumprimento de novas legislações, sendo necessária e urgente a reposição de vagas.

| Risco observado | Plano de ação* | Resultados esperados | Tarefas | Início | Duração | Responsável |
|-----------------------------------|---|---|--|---|---------|-------------------------|
| Efetivo defasado de colaboradores | Mapeamento e definição do quadro ideal de vagas | Reconhecimento da estrutura necessária para manutenção ideal das atividades | Entrega ao GGG do quadro ideal | | | DEGEP - SEPLA |
| | Abertura de novo concurso para reforço em áreas de apoio e reposição de profissionais que deixarem a empresa; | Recomposição do quadro | Formar comissão para proposta de concurso com base no quadro ideal | Após a aprovação do quadro ideal de vagas | | Presidência - Diretoria |

- **Necessidade de inovação nas atividades técnicas e no modelo de fiscalização das divisas:** o modelo de defesa sanitária do Estado trouxe conquistas imensuráveis para o setor agropecuário de Santa Catarina. O status sanitário diferenciado é reconhecido mundialmente e nossas exportações alcançam os mais exigentes mercados. Para nos mantermos nessa posição de destaque frente aos novos desafios, será preciso trabalhar cada vez mais com inovação e tecnologia.

| Risco observado | Plano de ação* | Resultados esperados | Tarefas | Início | Duração | Responsável |
|--|--|---|--|--------|---------|---|
| Necessidade de inovação nas atividades técnicas e no modelo de fiscalização de divisas: | Desenvolvimento de um novo sistema (INOVADEFESA) para adequação às novas exigências de trabalho; | Mais eficiência às atividades técnicas e à vigilância sanitária | Desenvolvimento do sistema | | | TI |
| | Formação de comissão para analisar as Barreiras sanitárias e seu modelo de atuação; | Aprimorar o modelo à nova realidade | Elaborar relatório com análise e sugestões de mudanças | | | Presidência - Diretoria Técnicas - Departamentos técnicos - DEPLA |
| | Aquisição de novos equipamentos tecnológicos para trazer mais eficiência a execução das atividades técnicas; | Maior eficiência às atividades técnicas | Levantamento das necessidades e aquisição via convênio | | | Presidência - Diretoria Técnicas - Departamentos técnicos - DEPLA |
| | Integração da base de dados com outros órgãos (DETRAN, SEFAZ, EPAGRI, SAR, SSP, PMSC, RF) | Atividades executadas com mais assertividade | Proposição de Termo de Cooperação entre entidades públicas | | | Presidência - Diretoria |

- **Ocorrência de pragas prioritárias e pragas não regulamentadas no Estado de Santa Catarina:** o serviço de vigilância sanitária vegetal é focado nas pragas quarentenárias regulamentadas pelo Ministério da Agricultura. Com a nova lei de defesa sanitária vegetal de Santa Catarina, o estado agora poderá definir, além destas, outras pragas que são importantes segundo particularidades da agricultura estadual. A ocorrência de pragas podem gerar grandes prejuízos econômicos e sociais, por isso a grande responsabilidade do trabalho de vigilância feito pelo Cidasc.

| Risco observado | Plano de ação* | Resultados esperados | Tarefas | Início | Duração | Responsável |
|---|--|--|---|--------|---------|-------------|
| Ocorrência de pragas prioritárias e pragas não regulamentadas no Estado de Santa Catarina | Definição das pragas prioritárias para o Estado de Santa Catarina | Definição do foco das atividades da área de defesa vegetal | Formar grupo de trabalho para definição das pragas prioritárias para o Estado de SC | | | DEDEV - SAR |
| | Regulamentação das culturas conforme a lei estadual de defesa sanitária vegetal; | Atendimento das demandas do setor | Criar comissões por cultura para criação de minuta de regulamentação | | | DEDEV - SAR |
| | Atualização do sistema de PTV conforme às novas exigências; | Validade das permissões de trânsito vegetal - PTV | Divulgação e cadastro de produtores | | | DEDEV - TI |

- **Continuidade do programa de monitoramento de resíduos:** o programa de monitoramento pretende reduzir as inconformidades no uso dos defensivos, intensificando as fiscalizações e promovendo ações para a melhoria da qualidade dos alimentos e da saúde pública. O objetivo é controlar a qualidade dos alimentos em relação aos resíduos de agrotóxicos, identificar fontes de contaminação de polinizadores e fiscalizar insumos ofertados aos agricultores catarinenses a fim de coibir o comércio e uso de agrotóxicos falsificados e sem registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

| Risco observado | Plano de ação* | Resultados esperados | Tarefas | Início | Duração | Responsável |
|--|---|---|---|--------|---------|---------------------------|
| Continuidade do programa de monitoramento de resíduos: | Institucionalizar o programa dentro da empresa; | Continuidade da atividade dentro da empresa | Adicionar a atividade no rol de responsabilidades da Cidasc | | | Diretoria Técnica - DEDEV |
| | Consolidar o sistema de agrotóxicos e receituários agrônômicos; | Atendimento das demandas do setor | Elaborar relatório com análise e sugestões de mudanças | | | DEDEV - TI |
| | Fortalecer o programa E-Origem | Atendimento a legislação | Divulgação e cadastro de produtores | | | DEDEV |

- **Atualização da legislação pertinente à inspeção de produtos de origem animal:** a legislação atual trouxe importantes conquistas à inocuidade dos produtos de origem animal e ao desenvolvimento econômico de Santa Catarina. No entanto, encontra-se desatualizada e carece de urgente revisão devido à novas tecnologias de produção e novas exigências do mercado consumidor.



| Risco observado | Plano de ação* | Resultados esperados | Tarefas | Início | Duração | Responsável |
|--|--|---|---|--------|---------|---|
| Atualização da legislação pertinente a inspeção de produtos de origem animal | Criação de Comitê para readequação da legislação (Decreto) | Legislação atualizada para garantir maior inocuidade dos produtos | Formar grupo com representantes de diversos setores | | | DEINP - DIRETORIA TÉCNICA |
| | Submissão do novo Decreto (proposta da Cidasc) a apreciação da SAR | Apoio da SAR e do setor produtivo | Apresentar proposta formal | | | PRESIDÊNCIA - DIRETORIA TÉCNICA - DEINP |

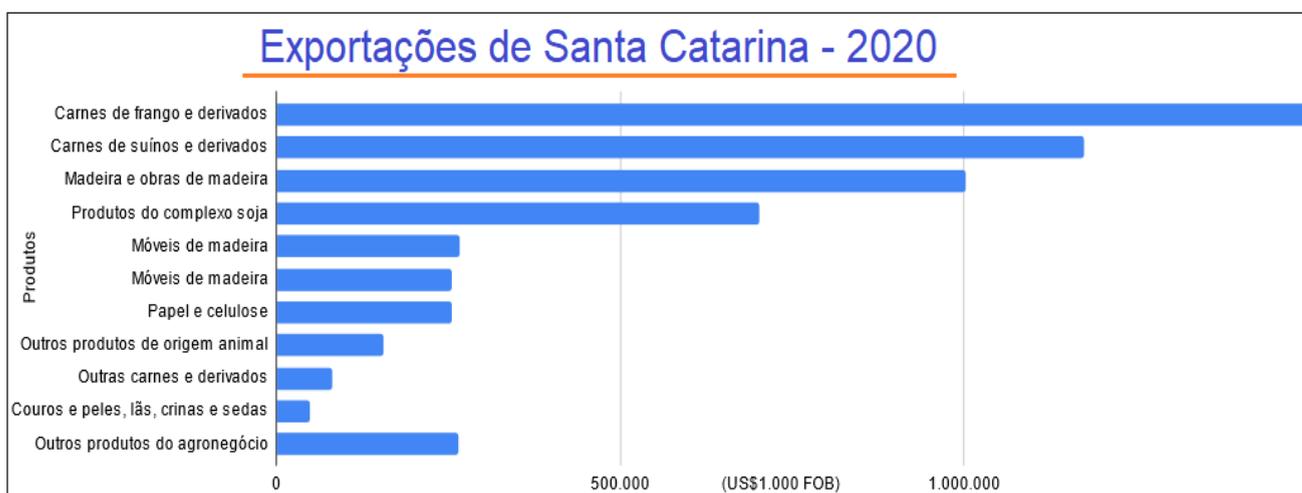
- **Manutenção das ações de educação sanitária:** a educação sanitária sempre foi um importante aliado da vigilância sanitária e ganhou um destaque ainda maior dentro da empresa nos últimos anos. O programa Sanitarista Júnior está plantando o conhecimento visando as próximas gerações e, a partir deste ano, chegará às universidades. Outras ações, tais como palestras, cursos, entrevistas e orientações em escritório buscam divulgar as ações da Cidasc e auxiliar os produtores na prevenção e detecção de doenças, evitando assim sua propagação. Com a pandemia e uma nova realidade que aponta para os próximos anos, a empresa e seus colaboradores precisarão se adaptar a novos meios e canais de comunicação para manter a educação sanitária à sociedade.

| Risco observado | Plano de ação* | Resultados esperados | Tarefas | Início | Duração | Responsável |
|--------------------|--|---|---|--------------|---------|-------------|
| Educação sanitária | Definir atuação do Sanitarista Júnior durante a pandemia | Continuidade das atividades do programa | Elaborar instruções aos colaboradores e escolas sobre as atividades a serem desenvolvidas à distância | Em andamento | | |
| | Criar plataforma para educação à distância | Adequação à nova realidade | Desenvolver plataforma de educação à distância e adequar os programas existentes | | | |
| | Desenvolver o programa Sanitarista para Universidades | Reconhecimento do trabalho da empresa em um novo ambiente | Cadastrar e executar o programa nos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia | Em andamento | | |

2. PREMISSAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS

Com a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), surgiram diversas incertezas e preocupações relacionadas ao agronegócio, principalmente em relação à produção, comercialização e exportação de produtos agropecuários, ao impacto nos preços, à lentidão e escassez na cadeia de suprimentos e à saúde dos produtores / trabalhadores. Entretanto, o agronegócio brasileiro conseguiu manter sua função de abastecer o consumidor brasileiro e ainda exportar para cerca de 170 países, sendo o Brasil um dos poucos países a aumentar as exportações durante a pandemia.

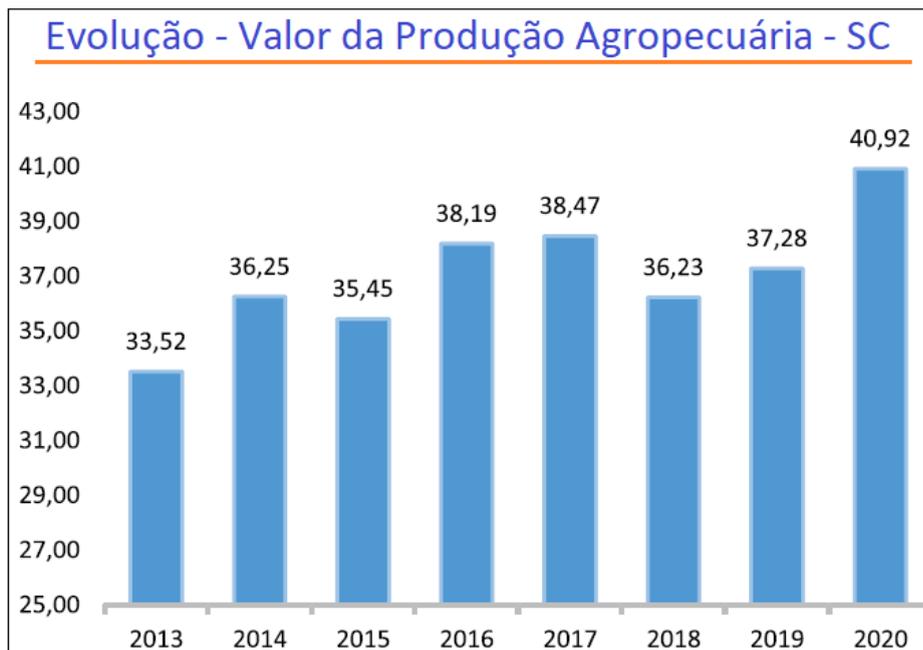
Santa Catarina manteve destaque no agronegócio; em 2020, o setor respondeu por 70% das exportações do Estado, com faturamento de cerca de US\$5,7 bilhões, principalmente com os embarques de carne de frango, carne suína, produtos florestais e do complexo de soja.



Fonte: Ministério da Economia - Comex Stat.

Considerando que diversos países, devido à pandemia, fecharam fronteiras, proibiram o trânsito de mercadorias e suspenderam exportações, seguramente a Cidasc tem influência significativa nos resultados positivos do agronegócio catarinense. Conforme esse movimento mundial de prudência e de garantia do abastecimento interno, a pandemia trouxe de volta a questão da segurança alimentar; e a reconhecida situação diferenciada de Santa Catarina, cujo status sanitário está totalmente ligado às atividades da Cidasc, permitiu que o estado exportasse volumes tão expressivos devido à abertura de mercados compradores internacionais, durante os mais de 40 anos de existência desta empresa.

Em 2020, o valor da produção da agropecuária (VPA) de Santa Catarina quase atingiu 41,0 bilhões de reais, um aumento de 21,1% em relação ao valor produzido pelas atividades primárias do agronegócio do Estado em 2019. Descontando-se a inflação do período, verifica-se que o VPA evoluiu de forma positiva e significativa nos últimos anos.



Fonte: Epagri/Cepa



Fonte: Epagri/Cepa e IBGE, janeiro de 2020.

Suínos, bovinos e leite são os produtos que tiveram os maiores crescimentos em valor, alinhados ao forte crescimento do valor da produção pecuária nos dois últimos anos. Ainda que tenha havido expansão nas produções da pecuária, foi o forte aumento dos preços que proporcionou a maior contribuição no crescimento do valor produzido. Após uma redução no valor em 2019, as lavouras tiveram um aumento de 8,8% em 2020, puxada pelo forte crescimento dos preços de alguns grãos.

Segundo relatório da Epagri/Cepa, a estimativa para 2021 indica crescente volume para exportação de carne suína e estabilidade para a carne de frango. A soja também deve ter um aumento no valor recebido, ainda que o volume seja menor. É



esperada elevação nos custos de produção; o preço elevado dos grãos utilizados como insumos, principalmente milho e farelo de soja, será fator de redução das taxas de retorno aos agricultores e de pressão sobre os preços dos produtos para o consumidor final.

A pandemia do novo Coronavírus trouxe demanda crescente por alimentos; que deve ser mantida em 2021, embora com tendência de estabilidade. No âmbito da empresa Cidasc, destaca-se a capacidade de manutenção dos serviços prestados à sociedade no cenário da implementação do rol de medidas de combate ao vírus.

Importante destacar que o agronegócio no Brasil é altamente competente e eficaz; e Santa Catarina registra status sanitário reconhecido internacionalmente. Portanto, o estado deve se beneficiar desse cenário, devido ao baixo estoque mundial de commodities, contínua recuperação da economia mundial (a despeito de novas ondas de pandemia) e desvalorização do dólar frente a outras moedas.

No entanto, no âmbito doméstico, esse cenário positivo poderá apresentar algumas variáveis de risco, como a dificuldade de repassar o aumento dos custos aos consumidores finais por causa do elevado nível de desemprego (de cerca de 14% segundo o IBGE - trimestre novembro/2020 a janeiro de 2021); incertezas sobre o nível de recuperação da economia brasileira e, velocidade do ritmo de vacinação da população brasileira. Conforme o Banco Central do Brasil, há bastante incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia no primeiro e segundo trimestres deste ano devido aos possíveis efeitos do recente e agudo aumento no número de casos de Covid-19. Entretanto, é projetado que uma possível reversão econômica devido ao agravamento da pandemia seria bem menos profunda do que a observada no ano passado, e provavelmente seria seguida por outra recuperação rápida.

Há que se mencionar a vertente fiscal, fundamental para a manutenção da excelência das atividades da Cidasc, em especial, após a saída do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul (TGSFS), que passou a ser administrado pela SCPAr Porto de São Francisco do Sul. Sem esta fonte de receitas, a Cidasc conta neste momento, para o custeio de suas diversas atividades, com, aproximadamente, 85 a 90% de recursos do Tesouro Estadual de Santa Catarina e o restante de receitas próprias, provenientes de taxas, prestação de serviços, multas aplicadas e alienação de bens. Certamente, foram reduzidas as despesas com o custeio das atividades do TGSFS, já que diversos custos estão agora sob responsabilidade da SCPAr; porém é importante ressaltar que a Cidasc ainda enfrenta dificuldades ligadas a esta atividade devido à possível ocorrência de débitos não adimplidos quando ainda era responsável pela gestão do Terminal Graneleiro. Em relação aos convênios firmados pela Cidasc, não há mais recursos disponíveis pela parceria firmada com o SC Rural e o convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se encerra neste ano.

O Governo de SC projeta um déficit de R\$ 1,2 bilhões de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2021. E considerando a nova realidade do custeio da Cidasc, entre recursos próprios e recursos do Tesouro Estadual, a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina tem atuado no contingenciamento de alguns repasses para a empresa. Em comparação ao previsto na LOA, a empresa obteve um repasse menor de recursos neste primeiro quadrimestre, tendo inclusive que, no ano corrente, postergar alguns pagamentos, em especial aqueles que não geram despesas ou multas, como, por exemplo, as empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada.

3. METAS ANUAIS E INDICADORES

Conforme estabelecido no Acompanhamento físico x financeiro das ações da Cidasc, seguem metas físicas para o ano de 2021, relativas aos indicadores de acompanhamento vinculados aos programas de governo dos quais a empresa participa:

44022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A

| P r o g r a m a | Subação - Indicador | Produto / Unidade de medida | | Meta física (2021) |
|--------------------------------------|---|--|--------------|--------------------|
| | 315 - Defesa Sanitária Agropecuária | | | |
| | 1800 - Fiscalizações em estabelecimentos, auditorias, ações de combate à clandestinidade e colheita de amostras | Estabelecimento (unidade) | inspecionado | 1.800 |
| | 2216 - Classificação de produtos de origem vegetal | Produto agrícola (tonelada mil) | classificado | 330.000 |
| | 2625 - Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas) e coletas de amostras. | Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas (unidade) | | 6.000 |
| | 2967 - Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de Animais e Produtos de Origem Animal | Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas (unidade) | | 15.000 |

No que tange à metodologia de cálculo, os indicadores levam em consideração:

- **Fiscalizações em estabelecimentos, auditorias, ações de combate à clandestinidade e colheita de amostras - somatório das seguintes ações:**
 1. Nº de Fiscalização. dos trab. realizados nos estab. sob inspeção permanente e periódica (indicador)
 2. Nº de Execução ações de combate à clandestinidade e de ed. sanit., de forma articulada com out (indicador)
 3. Nº de realizações de auditorias nos sedes dos serviços de inspeção, amostra dos estab. sob ins (indicador)
 4. Nº de colheita, envio de amostras e análises lab. de m-p, prod. e água para progr. Específicos (indicador)
- **Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de Animais e Produtos de Origem Animal - somatório das seguintes ações:**
 1. Nº de fiscalização em propriedade rural
 2. Nº de fiscalização em casas agropecuárias
 3. Nº de Fiscalização de certificação sanitária – Bruc/Tub



4. Nº de Fiscalização de certificação sanitária – Salm/Micop
5. Nº de Fiscalização de certificação sanitária – GRSC
6. Nº de fiscalização em propriedade de risco
7. Nº de fiscalização em eventos
8. Nº de fiscalização móvel

- **Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas) e coletas de amostras - somatório das seguintes ações:**

1. Fiscalização em UP inscrita (atividade)
2. Fiscalização em Up não inscritas (atividade)
3. Fiscalização em Uc inscrita (atividade)
4. Fiscalização em Uc não inscrita (atividade)
5. Inspeção de armadilhas em área urbana (atividade)
6. Inspeção de armadilhas em áreas agrícolas (atividade)
7. Inspeção de praga em levantamento (atividade)
8. Coleta de amostras (Fiscal - Agrotóxicos e afins, sementes, vegetais e PASR - Convencional)
9. Fiscalização em Propriedades rurais (uso de agrotóxicos)
10. Fiscalização em Comerciantes Registrados e Não registrados
11. Fiscalização Centrais / Postos de recebimento de embalagens

- **CDESA Educação Sanitária:** alunos que se certificaram nos cursos online da plataforma ENA;
- **CDESA Educação Sanitária para Ensino Fundamental:** alunos capacitados no projeto Sanitarista Júnior;
- **Classificação de Produtos de Origem Vegetal:** toneladas de produtos classificados.



4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Conforme a LOA (Lei Orçamentária Anual), segue previsão orçamentária para 2021:

| FONTE | DESPESAS CORRENTES | | | DESPESAS DE CAPITAL | TOTAL |
|--------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------------|
| | PESSOAL E ENCARGOS | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | SUBTOTAL | INVESTIMENTOS | |
| 100 | R\$ 184.477.113,00 | R\$ 36.006.294,00 | R\$ 220.483.407,00 | R\$ - | R\$ 220.483.407,00 |
| 219 | R\$ - | R\$ 3.212.892,00 | R\$ 3.212.892,00 | R\$ 144.508,00 | R\$ 3.357.400,00 |
| 240 | R\$ - | R\$ 5.237.644,00 | R\$ 5.237.644,00 | R\$ 227.856,00 | R\$ 5.465.500,00 |
| 260 | R\$ - | R\$ 13.300,00 | R\$ 13.300,00 | R\$ - | R\$ 13.300,00 |
| 269 | R\$ - | R\$ 481.500,00 | R\$ 481.500,00 | R\$ - | R\$ 481.500,00 |
| 280 | R\$ - | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ - | R\$ 1.000,00 |
| 298 | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ 1.025.000,00 | R\$ 1.025.000,00 |
| TOTAL | R\$ 184.477.113,00 | R\$ 44.952.630,00 | R\$ 229.429.743,00 | R\$ 1.397.364,00 | R\$ 230.827.107,00 |

Obs: Recursos de Convênio não constam na LOA, pois neste ano são resultado de superávit (recursos do ano anterior com utilização postergada para o ano seguinte), informação indisponível no momento da elaboração deste documento.